

Uma análise da antropologia da educação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2000-2020)

Amurabi Oliveira¹

ORCID: 0000-0002-7856-1196

Resumo

O campo da antropologia da educação está em processo de consolidação no Brasil, tendo se expandido nos últimos anos consideravelmente. Neste artigo, realizo uma análise da antropologia da educação no Brasil a partir das atividades desenvolvidas nas últimas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2000-2020). Aponto para a presença de atividades relacionadas à educação em todas as edições do período analisado, percebendo-se certa clivagem em termos de temática: por um lado aquelas vinculadas às questões do ensino de antropologia e à formação de antropólogos, por outro, aquelas vinculadas a uma discussão mais ampla acerca da antropologia das práticas educativas. Essa divisão reflete, em certa medida, as diferentes agendas de pesquisa que os antropólogos da educação têm. No caso daqueles vinculados institucionalmente aos Departamentos de Antropologia/Ciências Sociais, observa-se maior preocupação com o tema do ensino de antropologia e a formação de antropólogos/cientistas sociais, ao passo que aqueles vinculados às Faculdades de Educação aproximam-se mais de uma discussão a respeito dos espaços de aprendizagem, com destaque para as pesquisas etnográficas em contexto escolar. Busco captar a forma como os agentes mobilizam-se na formação da antropologia da educação no Brasil e de como isso releva tensões e disputas envolvendo principalmente a fragmentação institucional desse campo.

Palavras-chave

Antropologia da educação – Campo acadêmico – História da antropologia – Antropologia brasileira – Reunião Brasileira de Antropologia.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Contato: amurabi_cs@hotmail.com



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147224182>

This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY-NC.

*An analysis of the anthropology of education at the Brazilian Anthropology Meetings (2000-2020)**

Abstract

The field of anthropology of education is in the process of consolidation in Brazil, having expanded considerably in recent years. In this article, I carry out an analysis of the anthropology of education in Brazil based on the activities developed in the last Brazilian Anthropology Meetings (2000-2020). I point to the presence of activities related to education in all editions of the analyzed period, perceiving a certain divide in terms of thematic: on the one hand, those related to the issues of teaching anthropology and the training of anthropologists, on the other, those related to a broader discussion about the anthropology of educational practices. This division reflects, to a certain extent, the different research agendas that anthropologists of education have. In the case of those linked institutionally to the Departments of Anthropology/Social Sciences, there is a greater concern with the theme of teaching anthropology and the training of anthropologists/social scientists, while those linked to the Faculties of Education are closer to a discussion about learning spaces, with emphasis on ethnographic research in the school context. I seek to capture how the agents mobilize themselves in the formation of anthropology of education in Brazil and how this reveals tensions and disputes involving mainly the institutional fragmentation of this field.

Keywords

Anthropology of education - Academic field - History of anthropology - Brazilian anthropology - Brazilian Anthropology Meeting.

Introdução

Compreender a formação de qualquer campo disciplinar é compreender também as hierarquizações e relações de poder nele existentes, de modo que para entendermos o lugar que a educação ocupa na antropologia é necessário levarmos em consideração as complexas teias de relações estabelecidas, bem como os elementos extra-acadêmicos que adentram no jogo acadêmico. É a partir de tais questões que determinados objetos tornam-se mais ou menos prestigiados simbolicamente (BOURDIEU, 2011), o que me parece ser especialmente relevante no caso que será analisado neste artigo.

Aquilo que convencionamos denominar de antropologia da educação² é algo bastante heterogêneo e encontra-se em diferentes graus de desenvolvimento nos diversos contextos

2 - Apesar desta nomenclatura ser recorrente, não quer dizer que seja aceita sem questionamentos, uma vez que outras perspectivas que defendem uma perspectiva mais interdisciplinar têm optado pela denominação "antropologia e educação" (DAUSTER, 2015). Compreendo que há uma ampla interface que se estabelece entre a antropologia e a educação, de modo que a "antropologia da educação", ou seja, o desenvolvimento de uma reflexão antropológica sobre a educação, é uma delas.

nacionais. Países como Argentina, Brasil, México, Estados Unidos, França etc. têm histórias e arranjos institucionais diversos em torno da formação da reflexão antropológica sobre a educação, de tal modo que dificilmente poderíamos compreender uma antropologia da educação que não fosse no plural, falando-se assim em antropologias da educação. Considerando tais aspectos, neste trabalho será utilizada a categoria antropologia da educação, uma vez que me interessa, nesse momento, visibilizar uma reflexão desde a antropologia acerca da realidade educacional, sem com isso negar outras possibilidades de diálogos e interfaces.

Soma-se a isso o fato de que há realmente um norte e um sul global em termos de geopolítica do conhecimento, havendo assim antropologias hegemônicas e outras periféricas, que se relacionam de forma assimétrica (RIBEIRO; ESCOBAR, 2012). Recorrentemente, conhecemos muito acerca da produção acadêmica dos países do norte global, tais como Estados Unidos, França e Reino Unido, e pouco, ou quase nada, sobre o que vem sendo elaborado em África, América Latina, Ásia etc.

Neste sentido, o presente trabalho visa a contribuir para a discussão sobre a antropologia da educação na América Latina partindo de um caso particular: a antropologia brasileira. Reconhece-se o fato de que eventos como a Reunião de Antropologia do Mercosul e o Congresso Latino-Americano de Antropologia têm propiciado uma maior aproximação entre as diversas antropologias produzidas nessa região geopolítica e cultural, possibilitando a circulação de autores, teorias, agendas de pesquisa etc. Porém, é evidente que ainda perdura um profundo desconhecimento recíproco acerca de como determinadas temáticas vêm sendo debatidas em cada contexto nacional.

Haveria inúmeras possibilidades de analisar a educação na antropologia brasileira, seja a partir das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em antropologia (OLIVEIRA, 2015), ou mesmo da atuação de antropólogos na pesquisa educacional junto a programas de antropologia (OLIVEIRA; BÚRIGO; BOIN, 2016), ou de educação (OLIVEIRA, 2017a). Neste trabalho, proponho-me a pensar a antropologia da educação no Brasil em período mais recente, debruçando-me sobre a produção antropológica em educação divulgada nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA) a partir dos anos 2000, mapeando as atividades voltadas especificamente para as discussões desenvolvidas na interface entre a antropologia e a educação. Apesar do recorte metodológico adotado, não se nega aqui o fato de que a produção antropológica não circula apenas por esse espaço acadêmico-institucional³, porém, deve-se reconhecer a centralidade e a relevância que esse Congresso tem na delimitação disciplinar e na hierarquização simbólica dos objetos de pesquisa na antropologia brasileira.

Partirei da análise dos anais das RBA disponibilizados no *site* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁴, mapeando as atividades específicas desenvolvidas na interface entre a antropologia e a educação, buscando refletir acerca do lugar que a questão educacional ocupa nesse espaço institucional, as tensões, disputas e hierarquias acadêmicas que se

3- No Brasil também são relevantes para esta temática os debates promovidos pelos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), nos quais também tem circulado o debate desenvolvido na interface entre antropologia e educação (GOMES; GOMES, 2011). Porém, tais eventos têm um caráter mais interdisciplinar, não havendo espaços institucionais específicos para esta discussão.

4- Anais disponibilizados no *link*: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/45-anais/70-anais>.

estabelecem nesse contexto. Para que haja uma melhor compreensão por parte do leitor das questões que estou trazendo, realizarei uma breve contextualização acerca da antropologia da educação no Brasil, para em seguida analisar a educação nas RBA. Como será explorado mais adiante, a escolha pelas reuniões promovidas pela ABA dá-se devido à centralidade que tal espaço tem de pautar o debate da antropologia, sendo um dos principais espaços de consagração acadêmica nesse campo. Desse modo, interessa-me analisar como a educação vem sendo debatida nesse espaço específico.

Algumas pistas para uma história da antropologia da educação no Brasil

Realizar um exercício autorreflexivo acerca do próprio campo tem sido uma constante na antropologia, de modo que tem havido no Brasil uma contínua revisita à história e desafios institucionais dessa ciência (RUBIM, 1996; TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004; FELDMAN-BIANCO, 2013; SCOTT; CAMPOS; PEREIRA, 2014). Porém, ainda é incipiente o esforço para a compreensão dos contornos históricos e institucionais de uma possível antropologia da educação no Brasil, o que pode se dever em grande medida, como veremos mais adiante, à própria fragmentação institucional que caracteriza esse campo.

Para uma melhor compreensão das tensões e clivagens postas, creio que é interessante retomar sucintamente alguns pontos referentes à história da antropologia no Brasil de forma mais ampla, buscando elucidar como a questão educacional insere-se nesse contexto⁵.

Recorrentemente, assume-se como marco institucional da história da antropologia no Brasil a criação dos primeiros cursos de ciências sociais na década de 1930⁶, o que tem sido cada vez mais debatido e problematizado (REESINK; CAMPOS, 2014), reconhecendo-se também a existência de pesquisas antropológicas em período anterior, destacando-se nomes como Edgard Roquette-Pinto (1888-1954), Heloisa Alberto Torres (1895-1977), Gilberto Freyre (1900-1987) dentre outros, porém, esses pesquisadores eram, via de regra, autodidatas no campo da antropologia⁷.

Nesse sentido, é importante destacar que a antropologia não se constituiu inicialmente como uma carreira autônoma no Brasil, integrando os cursos de graduação em ciências sociais em um momento em que a divisão disciplina era bem menos marcada que hoje, especialmente no que diz respeito à relação entre a antropologia e a sociologia (CORRÊA, 2013). É a partir dos cursos de ciências sociais que o conhecimento antropológico passa a ser rotinizado, com a criação de cátedras específicas tais como antropologia, etnografia do Brasil; a defesa de teses de livre-docência na área; a outorga de títulos acadêmicos em antropologia⁸ etc.

5- Devido ao foco e escopo deste trabalho, não realizarei uma análise detalhada da história da antropologia. Para uma melhor compreensão do tema, confira Peirano (1981) e Corrêa (2013).

6- Os primeiros cursos criados foram os da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938) e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia (1940).

7- Em alguma medida Gilberto Freyre constitui uma exceção à regra, por ter realizado estudos pós-graduados (mestrado) na Universidade de Colúmbia ainda na década de 1920 em História Social, porém, conforme documentação consultada na Fundação Gilberto Freyre, ele chegou a realizar dois cursos no Departamento de Antropologia e outros dois no de Sociologia, sendo amplamente conhecido o impacto de Franz Boas (1858-1942) em seu trabalho.

8- As defesas de tese de livre docência, assim como a outorga de títulos universitários a partir da década de 1940, estabeleceu-se em um modelo acadêmico distinto do que temos hoje, uma vez que não pressupunham a realização de um ciclo de estudos através de cursos em nível de mestrado/doutorado, centrando-se, sobretudo, no regime tutorial de pesquisa.

Ainda em relação ao modelo institucional que passa a ser adotado nesse período, é importante lembrar que a formação de professores estava bastante ligada às escolas normais, apartada, portanto, da estrutura universitária. Mesmo nos primeiros cursos superiores voltados para a formação docente, havia uma ampla difusão do modelo no qual deveria se obter primeiramente o título de bacharel e, posteriormente, realizar uma formação pedagógica complementar. Essa conjuntura histórico-institucional no âmbito da formação docente tem algumas implicações diretas sobre a delimitação do campo que estamos aqui analisando, uma vez que separa a formação própria das ciências sociais da pedagógica.

Em todo caso, é importante salientar que as categorias antropológicas circulavam para além do espaço institucional da universidade. Em algumas escolas normais havia, inclusive, a cátedra de antropologia pedagógica⁹. Porém, os diálogos produzidos nesses espaços eram distintos dos realizados nas universidades, uma vez que havia uma aproximação maior com a psicologia e com a antropologia física, em oposição à aproximação com a sociologia e a perspectiva social e cultural, modelo que veio a prevalecer na antropologia brasileira (OLIVEIRA, 2013a).

Os anos que se seguem são de crescente institucionalização da antropologia no Brasil, com a criação em 1941 da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada pelos auspícios de Arthur Ramos (1903-1949), mas que teve breve duração, sendo extinta em 1949. A ABA teve sua primeira reunião realizada em 1953, no Museu Nacional, tendo sido fundada oficialmente durante sua segunda reunião realizada em 1955, em Salvador¹⁰, sendo atualmente a sociedade científica no campo das ciências sociais brasileiras mais longeva.

Também é significativo o advento em 1955 do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), idealizado por Anísio Teixeira (1900-1971), cujos centros regionais passaram a atuar a partir do ano seguinte em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Nesta proposta havia a ideia de que seria possível articular o conhecimento das ciências sociais para o desenvolvimento de pesquisas que lastreassem a elaboração de políticas educacionais, tendo integrado nesse centro importantes antropólogos, tais como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro (1922-1997).

Um dado interessante que aponta para a relevância desse centro para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil é que já na II Reunião Brasileira de Antropologia, na qual foi fundada a ABA, ele envia uma representação oficial (CBPE/MEC) para participar do evento, formada por Charles Wagley, Bertram Hutchison e Josildeth S. Gomes.

Ainda que suas atividades tenham se encerrado na década de 1970 sem cumprir plenamente seus objetivos, é importante salientar que o centro possibilitou o desenvolvimento de pesquisas relevantes para o campo das ciências sociais e da educação neste período, chegando a editar entre 1956 e 1959 a revista *Educação & Ciências Sociais* para a divulgação dos resultados de tais investigações.

É a partir da década de 1960, com a chamada Reforma Universitária, que se inicia o que Cardoso de Oliveira (2003) denominou de período burocrático da antropologia

9- Um marco para este debate é a criação em 1914 do Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica da Escola Normal da Praça, em São Paulo, por Ugo Pizzoli (1863-1934), que tinha formação em medicina.

10- Em todo o caso, uma reunião brasileira de Antropologia já estava sendo planejada desde o início do ano de 1948, quando o Ministro da Educação e Saúde designou, por meio de portaria datada de 20 de fevereiro daquele ano, uma comissão integrada por Álvaro Fróes da Fonseca, Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloisa Alberto Torres, para planejar o "Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia".

brasileira, com o advento da pós-graduação no modelo próximo ao que conhecemos hoje. Os primeiros cursos de mestrado em antropologia criados no Brasil foram os do Museu Nacional (1968), Universidade Estadual de Campinas (1971), Universidade de Brasília (1972), Universidade de São Paulo (1972), Universidade Federal de Pernambuco (1977) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979).

Outra consequência da Reforma Universitária foi o advento das Faculdades de Educação, que acaba por separar institucionalmente as pesquisas educacionais daquelas desenvolvidas pelas demais ciências humanas. Com base na ideia de autonomização dos campos científicos de Bourdieu (2004), podemos indicar que esse é um marco decisório no processo de maior delimitação disciplinar entre as ciências sociais (e a antropologia em particular) e a educação. Porém, é impossível negar o caráter interdisciplinar do campo educacional no Brasil, formado epistemologicamente a partir das contribuições de diversas ciências, tais como a sociologia, história, psicologia, filosofia, antropologia etc.

Isso significa que longe de negar a existência de uma antropologia da educação junto às Faculdades de Educação, observa-se no Brasil a organização de um diálogo entre a antropologia e a educação tanto junto a programas de pós-graduação em antropologia/ciências sociais quanto em educação, ainda que nem sempre esses sejam diálogos fáceis, havendo inúmeras tensões e disputas postas (GUSMÃO, 2006). Isso também propicia uma profunda fragmentação institucional, situando os agentes engajados nesse campo em posições distintas, assim como o desenvolvimento de agendas de pesquisa com preocupações diferenciadas.

Esse breve itinerário traçado aqui busca demonstrar a forma pela qual a antropologia e a educação foram se constituindo como campos autônomos no Brasil, permanecendo na maior parte do tempo um parco diálogo entre estas áreas, porém nunca inexistente.

Não houve no Brasil o desenvolvimento de experiências similares ao que ocorreu no México com a criação do Departamento de Investigações Educativas (DIE) do Centro de Investigação e Estudos Avançados (CINVESTAV) do Instituto Politécnico Nacional (IPN) nos anos de 1970, ou na Argentina com o Programa de Antropologia e Educação, criado em 1992 na Universidade de Buenos Aires. O mais próximo disso foi a experiência do CBPE, que não conseguiu consolidar uma agenda de pesquisa na interface entre as ciências sociais e a educação, e teve curta duração. O que caracteriza o desenvolvimento da antropologia da educação no Brasil, portanto, é sua fragmentação institucional, junto aos programas de antropologia, mas também de educação e de ciências sociais.

A educação é algo novo nas Reuniões Brasileiras de Antropologia?

Como anunciado desde o princípio, entende-se aqui que a produção acadêmica antropológica, e mais especificamente da antropologia da educação, não se restringe aos espaços institucionalmente ligados à antropologia, através dos departamentos, programas de pós-graduação e eventos específicos da área. Todavia, há de se reconhecer a relevância e centralidade que tais espaços acabam por ocupar no campo acadêmico, de modo que as RBA acabam por se tornar um dos principais espaços de divulgação de pesquisas antropológicas. Ademais, a própria ABA é um dos principais agentes desse campo, cujas ações refletem diretamente sobre os demais agentes engajados no campo da antropologia brasileira.

Ainda que não me proponha aqui a realizar uma retomada histórica acerca de como a questão educacional figurou em todas as reuniões, é interessante chamar atenção para certos aspectos que tangenciam essa questão, principalmente com relação às mudanças que vão sendo vivenciadas na antropologia brasileira e nas RBA.

Notadamente entre a década de 1950 e os anos 2000, ocorreram profundas transformações e “No ambiente da antropologia no Brasil, nos últimos 30 anos, a alteridade deslizou, territorial e ideologicamente, em um processo dominado pela incorporação de novas temáticas e ampliação do universo pesquisado.” (PEIRANO, 2006, p. 53). Ainda segundo Peirano (2006), a antropologia brasileira sai de uma alteridade radical, na qual os estudos etnológicos de grupos indígenas representavam o modelo canônico, para uma alteridade mínima, pesquisando temas por muito tempo considerados sociológicos. A inserção da educação na agenda da antropologia brasileira parece seguir esta tendência, dada a centralidade que o debate sobre educação indígena ainda tem nesse contexto (OLIVEIRA; BÚRIGO; BOIN, 2016). As RBA acompanharam essas mudanças e passaram a incorporar cada vez mais novas temáticas, muitas vezes sob a rubrica de antropologia urbana.

Como já apontado, criaram-se também os cursos de pós-graduação nesse meio tempo, profissionalizando a formação em antropologia no Brasil, historicamente realizada em cursos de mestrado e doutorado. Mas, em todo o caso, houve para além disso uma expansão significativa de novos cursos de pós-graduação em antropologia no começo do século XXI, pois, se em 2000 havia quatro programas que ofertavam apenas curso de mestrado, e seis que ofertavam cursos de mestrado e doutorado, em 2017 esse número saltou para dez e dezoito, respectivamente. Soma-se a isso a criação das primeiras graduações em antropologia no Brasil¹¹, ainda que predomine a formação inicial nos cursos de ciências sociais.

Ademais, também ocorreram mudanças no campo educacional, com a ampliação do acesso à formação às populações indígenas e quilombola, e a garantia de direito à educação diferenciada. O advento das ações afirmativas, principalmente por meio das chamadas cotas raciais nas universidades públicas, também é um marco relevante, principalmente por ter implicado o engajamento de inúmeros antropólogos brasileiros em seu debate e implementação (CARVALHO, 2005).

Quero argumentar com isso que a análise realizada se volta para um período de expansão concomitante da antropologia e do sistema educacional, e que, portanto, impactou o desenvolvimento de uma antropologia da educação no Brasil. No entanto, argumento também que o debate antropológico acerca da questão educacional não chega a ser algo novo nas RBA e que está pleno de tensões e disputas.

Já na II RBA¹², reunião na qual é fundada a ABA, estavam presentes trabalhos que versavam a respeito dessa temática. Segundo a programação do evento, foram apresentados os seguintes trabalhos nessa interface entre a antropologia e a educação: Adaptações do folclore para uso escolar, de Galvão Krébs (Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul)¹³; Um programa de ensino da cadeira de língua tupi, de Darcy

11- Atualmente no Brasil existem 12 cursos de graduação em Antropologia em funcionamento junto à Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (no campus de Redenção - CE), Universidade Federal do Oeste do Pará.

12- O site da ABA não disponibiliza online os anais da I RBA, em todo caso, é a partir da II que a ABA passa a existir enquanto instituição científica.

13- Também apresentou o trabalho Curso experimental de danças folclóricas no Rio Grande do Sul.

Ribeiro (Universidade do Brasil e Serviço de Proteção do Índio)¹⁴; Problemas de ensino em antropologia, de Egon Schaden (Universidade de São Paulo)¹⁵; A antropologia nos cursos da Fundação Getúlio Vargas, de Maria Alice Pessôa; Antropologia e educação popular, de Margarida Sinay Neves (Pró-Matre da Bahia). Apesar de haver pesquisadores ligados ao CBPE no evento nenhum deles apresentou pesquisa relacionada à educação, apenas investigações que tangenciavam problemas mais amplos de antropologia.

Não há como negar que predominava naquela reunião outras questões relativas à etnologia indígena, arqueologia, folclore e problemas de aculturação, porém, quero destacar que de certo modo as preocupações acerca da educação e do ensino sempre estiveram presentes nas RBA, e de forma mais enfática, o ensino de antropologia (GROSSI, 2006; OLIVEIRA, 2017b), ainda que de forma periférica.

A Educação nas RBA a partir dos anos 2000

O período no qual se circunscreve a análise aqui realizada vai da 22ª RBA (2000) até a 32ª RBA (2020). Apesar de não haver uma total homogeneidade com relação à terminologia das atividades acadêmicas, esta análise centrar-se-á nos simpósios, bem como nos chamados Fóruns de Pesquisa, que cederam espaço a partir da 26ª RBA para os Grupos de Pesquisa, quando também surgiram as mesas-redondas.

Essas atividades têm naturezas distintas, uma vez que os simpósios normalmente são promovidos pela própria diretoria da ABA, especialmente através de suas comissões científicas, já as mesas-redondas surgem a partir de propostas elaboradas pelos membros da associação. Em ambos os casos há um ou mais coordenadores e um limitado número de expositores, todos doutores e filiados à ABA. No caso dos Fóruns de Pesquisa e dos Grupos de Trabalho, há normalmente dois coordenadores, sendo uma atividade proposta pelos filiados à ABA com título de doutorado através de chamada pública. Uma vez aprovado o Fórum ou Grupo abre-se uma nova chamada para submissão de trabalhos. Essas são as atividades que têm maior número de trabalhos, normalmente funcionando durante quase todo o evento, não sendo necessário ser filiado à ABA para apresentar trabalho, exigindo-se apenas a titulação mínima de mestrando para apresentação oral ou graduando para pôster.

Apesar da estrutura das RBA não prever grupos fixos, observa-se que muitos perduram ao longo das diversas edições, ainda que eventualmente os coordenadores sejam trocados, ou que haja pequenas modificações nos títulos. Em todo o caso, no que concerne às questões que são foco deste trabalho, é interessante perceber que em todas as edições houve alguma atividade voltada para a discussão acerca da antropologia e educação, através das mais diversas aproximações.

Para uma melhor compreensão da distribuição destas atividades, segue-se um quadro demonstrativo, produzido a partir do mapeamento de fóruns, grupos, mesas e simpósios relacionados à educação nos anais das RBA (2000-2020):

14- Também apresentou a conferência Uirá vai ao encontro de Maira (as experiências de um índio Urubu que sai à procura de Deus) e o trabalho Políticas indigenistas do Serviço de Proteção ao Índio.

15- Nesta atividade indica-se a coordenação de Egon Schaden que também apresentou a conferência "Estudos de aculturação no Brasil", e o trabalho "Karl Von den Stein e a etnografia brasileira". Egon Schaden também foi um dos organizadores desta reunião.

Quadro 1 – Atividades ligadas ao tema da educação nas RBA (2000-2020)

Ano	Local do Evento	Grupo/Fórum	Simpósio	Mesa Redonda
2000	Brasília/Unb	Antropologia e Educação	Antropologia, universidade, sociedade.	–
2002	Gramado	Educação Diferenciada (Comunicações coordenadas)	Formação do Antropólogo	–
2004	Recife/UFPE	Antropologia e Educação	–	–
2006	Goiânia/UFG	Antropologia e Educação	–	–
2008	Porto Seguro	Desafios Contemporâneos para uma Antropologia da Educação: ensino, pesquisa e políticas de igualdade.	O ensino de Antropologia em diferentes contextos nacionais Ensinando a Antropologia Visual: Perspectivas e Alcances	Nação, Igualdade e Diferença no Brasil do Século XXI – O Caso do Ensino Básico.
2010	Belém/UFPA	Antropologia e educação: entre saberes, práticas e aprendizagens	–	Antropologia e educação: um panorama do ensino e da pesquisa no Brasil
2012	São Paulo/PUC-SP	Antropologia Visual história, ensino e perspectivas de pesquisa	–	Antropologia e educação: dilemas, desafios e perspectivas para a formação para a diversidade. Avaliação do ensino superior: O ENADE de Ciências Sociais
2014	Natal/UFRN	Antropologia e Educação: construindo diálogos e interfaces; Ensinar e Aprender Antropologia	O ensino de Antropologia: expandindo fronteiras no século XXI	Antropologia Etnografia e Educação: debates em torno de categorias e experiências
2016	João Pessoa/ UFPB	Ensinar e Aprender Antropologia	Políticas de formação e produção de conhecimento: cenários e desafios para a antropologia e educação	Etnografias na educação: desafios, limites e possibilidades
2018	Brasília/Unb	Ensinar e Aprender Antropologia	Estudos Etnográficos em Educação	Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docência, alteridades e expansão do ensino superior no Brasil.
2020	Rio de Janeiro/ UERJ	Diálogos nas fronteiras: a Educação e a Escola como objetos de investigação na Antropologia. Ensinar e Aprender Antropologia Extensão Universitária: desafios e propostas para a ação e formação em antropologia	A educação em tempos sombrios (e para além deles)	O Ensino da Antropologia Biológica/Física no Brasil: Desafios do Presente e Perspectivas para o Futuro

Fonte: Oliveira (2019).

Observa-se com isso que há certa estabilidade da presença dessa temática na RBA, havendo momentos em que ela se faz sentir de forma mais ou menos evidente. Nas reuniões de 2004 e 2006, houve apenas um tipo de atividade relacionada ao tema, no caso um fórum de pesquisa intitulado Antropologia e Educação, ao passo que na reunião de 2014 houve dois Grupos de Trabalho, uma mesa-redonda e um simpósio especial, e na de 2020 houve três Grupos de Trabalho, uma mesa-redonda e um simpósio especial.

A partir dos dados apresentados poderíamos observar a existência de uma divisão em dois grandes blocos nas discussões desenvolvidas nas RBA: a) um debate mais geral sobre a interface entre antropologia e educação, que incluiria o debate sobre pesquisas etnográficas em contextos educativos, educação escolar indígena, educação e multiculturalismo etc.; b) outro voltado especificamente para o ensino de antropologia, considerando-se tanto o ensino de antropologia na formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), quanto na formação de não-antropólogos. Essa divisão torna-se mais evidente a partir das duas últimas edições do evento, uma vez que se criam dois grupos de trabalho distintos para essas temáticas.

Pode-se ainda indicar que, aparentemente, as discussões acerca do ensino de antropologia/formação antropológica têm se estabelecido ao longo dessas reuniões principalmente junto aos simpósios especiais. Essa questão é significativa na medida em que demarca questões relacionadas às tensões e disputas no campo, uma vez que os simpósios são atividades normalmente propostas pela própria diretoria da ABA. Certamente a expansão do ensino superior, com a conseqüente expansão da atuação de antropólogos nesse setor, assim como o advento das primeiras graduações em antropologia no Brasil, e o crescimento exponencial da pós-graduação nestas últimas décadas, fez com que o debate acerca do ensino de antropologia ganhasse mais visibilidade na ABA, como pode-se perceber também a partir de publicações organizadas por esta instituição (GROSSI; RIAL; TASSINARI, 2006; TAVARES; GUEDES; CARUSO, 2010). Outro indicativo significativo é a criação em 2006 da Comissão de Ensino de Antropologia entre os comitês científicos da ABA, posteriormente transformada em uma comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Compreendo, desse modo, que mesmo agregando menos pesquisadores, as discussões a respeito do ensino de antropologia têm ocupado um espaço privilegiado nas RBA, devido, em grande medida, à relevância que esse tema passa a assumir, aproximando-se das preocupações acadêmicas e políticas da ABA. Há uma clara clivagem também entre os agentes que mobilizam esse campo, uma vez que nas discussões ligadas ao ensino de antropologia há uma presença predominante de pesquisadores ligados a departamentos, cursos e programas de pós-graduação em antropologia/ciências sociais, ao passo em que as discussões mais amplas envolvendo a pesquisa antropológica em espaços escolares tende a apresentar uma maior participação de pesquisadores vinculados às Faculdades de Educação.

Essa clivagem também pode ser compreendida a partir da própria inserção desses diversos agentes no campo educativo e de como os diferentes espaços de institucionalização da interface entre a antropologia e a educação têm agendas próprias de pesquisa. Isso fica evidente ao compararmos os antropólogos que atuam em programas de antropologia pesquisando educação (OLIVEIRA; BÚRIGO; BOIN, 2016), e aqueles que estão inseridos em programas de educação (OLIVEIRA, 2017a), pois, em que pesem as convergências

existentes, há uma formulação sensivelmente distinta de trajetórias acadêmicas e de inserções no campo.

Por outro lado, as discussões mais amplas sobre antropologia e educação, apesar de também conseguir espaços junto a simpósios e mesas-redondas, têm gravitado principalmente a partir dos Fóruns de Pesquisa/Grupos de Trabalho. Concernente a essa questão, são significativas as questões postas por Neusa Gusmão, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que teve papel fundamental na abertura e manutenção deste espaço nas RBA, tendo estado presente em quase todas as atividades apontadas no quadro acima, seja na condição de coordenadora, expositora ou debatedora:

O debate continua em aberto e o que aqui se apresenta dos fóruns e GTs de 2000 a 2008 corrobora a afirmação de Lopes (2001, p. 9): “são raros, no Brasil, os estudos antropológicos sobre a educação. São, porém, numerosas e significativas as participações de antropólogos em projetos educacionais que envolvem diferentes setores da população”. Se a educação indígena foi a que historicamente mais se consolidou como área de estudos em termos de uma Antropologia da Educação, percebe-se, pelos múltiplos temas e abordagens, pelos projetos, pelas pesquisas, e pelas experiências de ensino, que a questão continua posta para além da questão indígena. No entanto, são ainda pequenos os esforços para se pensar criticamente as relações entre antropologia e educação, em razão das formas de apropriação da ciência antropológica pelos outros campos e em razão de um humanismo que, por vezes, embota a visão e gera uma banalização do fazer antropológico, de seus conceitos centrais e respectivos suportes teóricos. (GUSMÃO, 2009, p. 42).

Na avaliação da pesquisadora, podemos perceber que há uma interpretação de que a antropologia da educação ainda é um campo em formação no Brasil, perspectiva que compartilho com ela. Porém, volto a pensar aqui mais uma vez nas disputas existentes no campo acadêmico, pois acredito que apesar da discussão mais ampla acerca da antropologia e educação congregar um maior número de pesquisadores, em minha percepção essa discussão acaba por ocupar um lugar mais periférico na RBA, o que se justificaria por algumas questões: a) a fragmentação institucional dos pesquisadores que se dedicam a esse tema é maior que entre aqueles que se dedicam ao ensino de antropologia, estando os primeiros mais fortemente vinculados às Faculdades de Educação, como se pode perceber pelo fato de que nenhum Fórum ou Grupo sobre esta temática ter sido coordenado por um pesquisador vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Ciências Sociais, contando de forma mais incisiva com a liderança de antropólogos vinculados a Faculdades de Educação¹⁶; b) por se voltar para uma discussão bem mais ampla, esse tema acaba por abarcar não apenas discussões produzidas exclusivamente por antropólogos, ainda que a produção do conhecimento antropológico não seja realizada apenas por antropólogos no sentido estrito, e a produção no campo da antropologia da educação tenha uma marca profundamente interdisciplinar (DAUSTER, 2015).

16- No caso específico da pesquisadora Neusa M. M. de Gusmão – que coordenou durante várias edições da RBA atividades na interface entre a antropologia e a educação – ela esteve vinculada institucionalmente ao Departamento de Ciências Sociais na Educação na Faculdade de Educação, atuando também de forma concomitante no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.

O que quero chamar a atenção aqui é para o fato de que não apenas os temas relacionados à educação ocupam um lugar menor na agenda da antropologia brasileira – em que pesem seus avanços recentes – como também há hierarquizações nesse campo, havendo em período uma tendência a estabelecer certo privilégio acerca da discussão sobre ensino, compreendido especialmente a partir da ideia de formação antropológica. Tal cenário concretiza-se no contexto de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em antropologia, cujo debate tem sido capitaneado quase exclusivamente por pesquisadores vinculados institucionalmente a departamentos, cursos e programas de antropologia/ciências sociais. Voltando aos anais da II RBA, na qual a ABA foi fundada, chama a atenção o fato de que em sua organização seja apontada uma seção sobre ensino de antropologia, mas nenhuma sobre antropologia da educação.

Não nego com isso que haja também um incremento no debate em torno da pesquisa antropológica em espaços educacionais, privilegiando-se a educação indígena, o que deve ser compreendido no cenário da expansão do acesso aos sistemas de ensino por parte das populações que historicamente têm sido objeto de reflexão por parte da antropologia brasileira, como já argumentado. Retomando a análise de Gusmão (2009, p. 40):

De modo significativo, as populações-alvo para formação, pesquisa e intervenção são ainda as chamadas minorias representadas por negros, indígenas e outros segmentos pobres e periféricos, tal como camponeses, mulheres e portadores de necessidades especiais, mas também e, sobretudo, o aluno do ensino superior. Questões de cor, raça e etnia e conceitos de identidade, identidade étnica, cultura, sociabilidade e cidadania são recorrentes. Aparecem ainda noções relativas à multiculturalidade, interculturalidade, educação e interdisciplinaridade. O conjunto assim formado coloca em jogo a convergência/ divergência teórica e metodológica entre antropologia e educação como campo ainda a ser desbravado e a exigir esforços de reflexão crítica.

Percebe-se assim uma tensão interna que se produz em meio às demandas resultantes, de um lado, dos dilemas institucionais da antropologia brasileira, da qual emerge uma reflexão acerca do ensino dessa ciência, de outro, das demandas sociais acerca das quais os antropólogos têm sido instados a se posicionar. São demandas distintas e que têm pesos diferentes no campo acadêmico, especialmente se considerarmos o lugar de fala dos agentes envolvidos, alguns deles vinculados institucionalmente à antropologia e outros à educação.

Observa-se, a partir desse balanço, uma divisão que tende a aproximar pesquisadores ligados às Faculdades de Educação das pesquisas que envolvam a educação básica e espaços de educação não escolar, e os ligados aos departamentos e cursos de antropologia/ciências sociais de pesquisas ligadas ao ensino superior e à formação de antropólogos, o que se desdobra em uma dicotomia aparente entre uma discussão própria sobre o ensino de antropologia e outra mais ampla sobre uma antropologia da educação.

A análise aqui empreendida longe de buscar esgotar o tema, almeja lançar luz sobre os dilemas que estão postos na construção de uma antropologia da educação no Brasil, que tem encontrado nas RBA um importante espaço institucional de articulação, no qual as tensões e hierarquizações são transparentes.

Considerações finais

Uma análise da antropologia da educação no Brasil certamente pode ser realizada a partir de diversas aproximações, como enfatizei no começo deste artigo, porém o recorte adotado possibilita-nos pensar a questão a partir de um dos principais espaços de discussão da antropologia brasileira, captando assim o movimento nesse campo em período mais recente.

A continuidade das atividades, praticamente de forma ininterrupta no período analisado, aponta para a constituição de uma comunidade de pesquisadores que vem se solidificando ao longo dos anos. É evidente ainda a presença de algumas lideranças consolidadas neste campo, que vêm atuando na interface entre a antropologia e a educação ao menos desde os anos de 1980 e 1990, principalmente a partir das Faculdades de Educação; entretanto, novas lideranças têm surgido, atuando constantemente em parceria com esses agentes já estabelecidos no campo.

A clivagem observada entre as questões ligadas ao ensino de antropologia, e as ligadas a uma reflexão antropológica sobre a educação de modo mais amplo, reflete as disputas e tensões existentes na própria antropologia brasileira, e de modo mais particular na antropologia da educação. Há ainda outras tensões e disputas, como no que diz respeito ao uso da etnografia em pesquisas educacionais (VALENTE, 1996; OLIVEIRA, 2013b), que também se desdobram, em algum grau, em disputas institucionais.

O que é relevante ressaltar das questões aqui trazidas é que elas convergem para o processo de consolidação do campo da antropologia da educação no Brasil que, como qualquer campo, é marcado por disputas. O campo da antropologia da educação no Brasil vem se formando, ainda que a partir das margens, porém continua pulsante e em expansão.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Edufsc, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: para uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

CARVALHO, José Jorge. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UNB. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 237-246, 2005.

CORRÊA, Mariza. **Traficantes simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas: Unicamp, 2013.

DAUSTER, Tânia. An interdisciplinary experience in anthropology and education: memory, academic project and political background. **Vibrant**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 451-496, 2015.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília, DF: ABA, 2013.

GOMES, Ana Maria R.; GOMES, Nilma Lino. Anthropology and education in Brazil: possible pathways". *In*: ANDERSON-LEVITT, Kathryn M. (org.). **Anthropologies of education**: a global guide to ethnographic studies of learning and schooling. New York: Berghahn Books, 2011. p. 111-130.

GROSSI, Miriam. Ensino de antropologia: uma "velha" história na ABA. *In*: GROSSI, Miriam; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (org.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Florianópolis: Nova Letra, 2006. p. 7-11.

GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (org.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria. Antropologia e educação: história e trajetos / Faculdade de Educação – Unicamp. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (org.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Florianópolis: Nova Letra, 2006. p. 299-331.

GUSMÃO, Neusa Maria. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 29-46, 2009.

OLIVEIRA, Amurabi. O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das Escolas Normais, **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 27-40, 2013a.

OLIVEIRA, Amurabi. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? **Revista Faeeba**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-82, 2013b.

OLIVEIRA, Amurabi. Sobre o lugar da educação na antropologia brasileira. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 40-50, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. Uma antropologia fora do lugar? Um olhar sobre os antropólogos na educação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 233-253, 2017a.

OLIVEIRA, Amurabi. Um balanço da discussão sobre ensino na Associação Brasileira de Antropologia. **Cadernos da Abecs**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 80-91, 2017b.

OLIVEIRA, Amurabi; BÚRIGO, Beatriz; BOIN, Felipe. A antropologia, os antropólogos e a educação no Brasil. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 27, n. 2, p. 21-44, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida**: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEIRANO, Mariza. **The anthropology of anthropology**: the Brazilian case. 1981. (Ph.D. Dissertation in Anthropology) – Harvard University, Harvard, 1981.

REESINK, Mísia; CAMPOS, Roberta. A geopolítica da antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. *In*: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (org.). **Rumos da antropologia no Brasil e no mundo**: geopolíticas disciplinares. Recife: UFEPE: ABA, 2014. p. 55-81.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia. **Série Antropologia**, Brasília, DF, n. 379, p. 1-16, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. Transformações disciplinares em sistemas de poder. *In*: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (org.). **Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília, DF: UNB, 2012. p. 15-50.

RUBIM, Christina. **Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação**. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (org.). **Rumos da antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares**. Recife: UFPE: ABA, 2014.

TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CARUSO, Carlos (org.). **Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil**. Brasília, DF; Ícone, 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: ABA, 2004. p. 39-68.

Recebido em: 19.05.2019

Aprovado em: 11.09.2019

Amurabi Oliveira é doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem atuado principalmente nos temas: antropologia e sociologia da educação, ensino de ciências sociais, campo acadêmico, pensamento social brasileiro, religião.